



Eixo 1 - Estado, capital e políticas públicas no campo

**ASSENTOU E AGORA? UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO
AGRÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS: UMA ANÁLISE NO
ASSENTAMENTO DE CAIÇARA, SERROLÂNDIA-BA**

Tainara Carvalho Novais

Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia

tainnara.carvalho.n@gmail.com

RESUMO

A história agrária do Brasil é marcada por uma dualidade, na qual de um lado está o grande proprietário e do outro o pequeno, sendo este último por muito tempo marginalizado tanto no que diz respeito ao acesso à terra como também das políticas públicas que foram formuladas para atender os produtores rurais. Portanto, a partir de tudo que foi pesquisado o presente trabalho tem por objetivo geral analisar a evolução das conquistas relacionadas a questão agrária brasileira e a efetivação de políticas públicas voltadas para a questão agrícola obtidas pelos assentados no Projeto de Assentamento Caiçara. Possuindo como objetivos específicos fazer uma sucinta análise dos benefícios oriundos dessas políticas e verificar se houve uma melhoria nos aspectos sociais e econômicos dos assentados. Pretende-se também verificar quais foram as assistências prestadas no assentamento após a sua efetivação.

Palavras-chave: Reforma agrária, Políticas Públicas, Assentamentos Rurais, Pequenos Produtores.

INTRODUÇÃO:

A distribuição fundiária no Brasil sempre foi marcada por uma enorme discrepância, pois devido a sua má distribuição uma pequena parte da população tornou-se dona de uma imensa quantidade de terras, enquanto que a maioria da população rural ficou espremida com as terras restantes.

Muito se lutou no campo para que houvesse a resolução dos problemas agrários e durante os longos anos de lutas algumas conquistas foram duramente alcançadas, como por exemplo, a formulação de políticas públicas que levassem em consideração a heterogeneidade do campo brasileiro. Essas conquistas são resultados pela soma da força de alguns movimentos sindicais rurais e sociais que juntos reivindicaram esses direitos ao Estado.

Uma Reforma Agrária condizente com a realidade do país nunca foi devidamente realizada, apenas alguns projetos de assentamentos, visando principalmente à eliminação de conflitos.

Ao ser efetivado um projeto de assentamento o Governo deve prestar um apoio inicial para que ocorra êxito, esse apoio deve ser prestado por meio de políticas públicas condizentes com a realidade dos assentados e da região na qual o projeto foi realizado.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar a evolução das conquistas relacionadas questão agrária brasileira e a realidade do assentamento Caiçara, particularmente no que diz respeito à aquisição de créditos de políticas públicas voltadas para a questão agrícola pelos assentados até o ano 2016. Possuindo como objetivos específicos fazer uma sucinta análise dos benefícios oriundos dessas políticas e verificar se houve uma melhoria nos aspectos sociais e econômicos dos assentados. Pretende-se também verificar quais foram às assistências prestadas no assentamento após a sua efetivação.

A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho baseia-se em um levantamento bibliográfico juntamente com um estudo de caso, pois, “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32 *apud* PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 61). A realidade estudada será a do Assentamento Caiçara, localizado nas proximidades de Serrolândia, uma cidade do interior da Bahia, pertencente à microrregião de Jacobina, situada à aproximadamente 316 km de distância da capital baiana, Salvador.

POLÍTICA FUNDIÁRIA: DA COLONIZAÇÃO AO REGIME MILITAR

Desde o período colonial a distribuição fundiária brasileira não ocorreu de forma equitativa, contemplou apenas uma pequena parcela da população e marginalizou a maior parte e isso conseqüentemente acabou causando uma série problemas, principalmente de cunho social. As primeiras formas de repartição de terras aqui efetuadas eram voltadas para aqueles que já dispunham de alguma estabilidade financeira e com isso meios econômicos para investir na produção de gêneros voltados,

majoritariamente, para o mercado externo, uma vez que esses produtos eram muito valorizados e rentáveis para os produtores.

A produção voltada para o mercado internacional e uma estrutura fundiária extremamente concentrada é uma característica marcante dos países que sofreram com uma colonização Ibero-espanhola, ou seja, não apenas o Brasil, mas toda a América Latina é caracterizada por ter uma economia direcionada a produção de bens relacionados ao setor primário e voltados para a exportação, tornando-se dependente do mercado externo, entretanto, isso é tema de discussão para outro momento oportuno.

A dicotomia entre o pequeno e o grande proprietário é algo presente desde o primeiro momento da história agrária do País, pois de um lado havia o grande proprietário, possuidor de extensas propriedades e lavouras, produzindo bens tropicais para a exportação e com o intuito de colonizar o País, colonização ligada principalmente a atividades comerciais relacionadas à exportação para o mercado europeu desses produtos tropicais aqui produzidos. Do outro lado havia o pequeno produtor, com uma lavoura de subsistência, entretanto, este possuía um papel (e atualmente ainda possui) muito importante e indispensável para o abastecimento da colônia, pois mesmo possuindo pequenas propriedades era ele o responsável pela produção de alimentos que abasteciam internamente a população das vilas e cidades.

Por muito tempo a forma de aquisição de terras no Brasil só foi possível por meio de concessões feitas pela Coroa, sendo poucos os beneficiários deste sistema, quanto aos pequenos produtores os únicos meios de “conseguir alguma propriedade” seria através do arrendamento, produzindo à margem das grandes fazendas nas quais estes geralmente já tinham algum vínculo ou prestavam algum serviço, como também por meio do movimento de interiorização do país numa busca por terras que ainda não estavam sendo cultivadas, no entanto é oportuno observar que por motivos de melhor localização às terras situadas próximas ao litoral além de serem mais férteis facilitavam o escoamento dos bens produzidos.

Entretanto, em meados do século XIX é instituída a Lei de Terras, período em que surgiu o movimento que visava o fim da escravidão, foi nesta época que a forma pela qual a terra passou a ser adquirida sofreu uma mudança significativa e esta deixou de ser simplesmente concedida, passando a ser capitalizada, com sua obtenção possível apenas mediante o pagamento em dinheiro ao Império, sendo este o regularizador das

compras, essa forma de conquistar a posse das terras acabou definitivamente excluindo as possibilidades de aquisição de propriedades agrárias pelos pequenos produtores, pois estes não possuíam economias o suficiente para adquiri-las. A Lei de Terras datada de 1850 tinha como finalidade além de limitar o acesso a terras, financiar a vinda de colonos que seriam os substitutos dos escravos, possuindo também implicitamente um desejo de branquear a população.

Em aproximadamente 350 anos de exploração, de 1500 a 1850, poucas foram às oportunidades disponibilizadas aos pequenos produtores rurais para a aquisição formal de terras, os quais não tinham meios e nem força política para lutar por seus direitos, mas observa-se que o debate sobre a questão agrária no país, ou melhor, sobre a concentração fundiária não é algo recente, durante a promulgação da Lei de Terras essa questão foi inserida no debate, sendo assunto abordado no período que visava pôr fim à escravidão, uma vez que a “reforma agrária” já era reivindicada na época, segundo SILVESTRE (2009, p.06) “a questão da reforma agrária no Brasil remonta ao século XIX. Nas lutas pela abolição da escravatura, a distribuição das terras já era uma reivindicação de alguns setores da sociedade.”

A QUESTÃO AGRÁRIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1950:

O debate mais acirrado sobre a necessidade da efetivação de uma reforma agrária condizente com a realidade do País surge por volta de 1955, com as Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, essa organização colocou a questão agrária no centro do debate político e social, conquistando a atenção que o tema tanto necessitava. Devido à pressão exercida por essa organização, o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), para tentar solucionar os problemas agrários, entretanto, essas duas entidades – Ligas Camponesas e a Supra– foram reprimidas e combatidas no período do Regime Militar instalado no País em 1964 (INCRA).

Ainda neste período turbulento da história nacional, em 1966 foi instituído o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) através do Decreto nº 59.456, mas apesar dessa “conquista” não houve resultados reais, uma vez que o projeto não saiu do papel (INCRA).

Contrariamente a tudo que até então havia ocorrido na história agrária do País, é no regime militar que foi dado o primeiro passo para a “realização” da reforma agrária, sendo que um avanço importante nesse campo foi à edição do Estatuto da Terra, como também a criação dos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), segundo o (INCRA).

No entanto deve-se observar que durante o período do regime militar os projetos de colonização dirigida, como ficaram conhecidos, foram efetivados em vários estados do País, mas o principal intuito do governo da época era aliviar as tensões sociais causadas pelos conflitos motivados pelo desejo de acesso à terra, principalmente na região Nordeste, esses projetos de colonização eram realizados longe dos grandes centros urbanos e sem uma preocupação preliminar quanto a viabilidade econômica dos futuros empreendimentos rurais (GERMANI, 2001).

Apesar da tentativa de realização da reforma agrária que fora planejada no período militar, o que na realidade acabou acontecendo foi um remanejamento da população das áreas de conflitos, principalmente da região Nordeste, rumo à região Norte, especificamente para os estados do Pará e do Amazonas, como bem aponta GERMANI (2001, p.69) “naquele momento, o objetivo principal da política agrária não era o de promover mudanças na distribuição de terras, mas o de eliminar os focos de tensão e de conflitos agrários onde eles aconteciam [...]”

Entretanto a região Norte, por ser uma área até então pouco conhecida na época, somando-se o fato do governo não saber ao certo sobre a população ali residente, o que houve foi uma transferência populacional sem o devido planejamento e conseqüentemente o remanejamento e espacialização nacional dos confrontos rurais, pois

“o que antes havia sido pensado como uma “solução” virou um “problema” e, rapidamente, o mapa dos focos de tensão e de conflitos na luta pela terra, antes restrito às terras mais densamente ocupadas ou apropriadas, passa a ser registrado em todo território nacional” GERMANI (2001, p.69).

Terminado o regime militar, foi durante o período de redemocratização do Estado que os movimentos sociais foram imprescindíveis e tornaram-se os principais responsáveis por diversas “conquistas” relacionadas à questão agrária, foi devido a pressão exercida por esses movimentos que em 1984 a temática da reforma agrária

retornou ao centro dos debates, por meio do Decreto nº 97.766 de 10 de outubro de 1985, sendo instituído o novo Plano Nacional de Reforma Agrária, que tinha como meta o assentamento de 1,4 milhão de famílias em quatro anos, dispostas em 43 milhões de hectares que seriam disponibilizadas para o assentamento dessas famílias. (Incra)

O Governo, visando à realização desse plano utópico criou o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (Mirad), entretanto quatro anos depois dessa meta ser lançada os números alcançados foram ínfimos, comparados aos inicialmente almejados, contabilizando a cifra de apenas 82.689 famílias assentadas em apenas aproximadamente 4,5 milhões hectares (INCRA).

Outra conquista dos movimentos sociais está relacionada à forma como se efetivava os Projetos de Assentamentos (PA), se antes, no período militar, os projetos de colonização dirigida não levavam em consideração as condições das áreas em que seriam realizados, sendo que estes eram geralmente áreas distantes dos centros urbanos, no período de redemocratização, pós golpe militar, os movimentos sociais começaram a impor-se, possuindo extrema importância na “escolha” da localização dos projetos de assentamentos, segundo GERMANI (2001, p.71) “Se observarmos uma série histórica de criação de projetos de assentamentos (PAs) [...] não vamos perceber uma estratégia do estado quanto ao seu planejamento espacial mas, antes, uma estratégia que vai sendo construída pela atuação dos movimentos [...]”.

É oportuno ressaltar que para a implantação de um projeto de assentamento deve ser seguido o que está estabelecido na legislação, como o cumprimento das devidas normas, entretanto isto pode ser um processo delongado, visando o adiantamento do projeto de assentamento. Para acelerar esse processo, geralmente há a criação de um acampamento que se caracteriza como o primeiro momento de ocupação da propriedade que está sendo visada para a construção do PA.

Segundo GERMANI (2001, p.71) para a efetivação de um projeto de assentamento há dois momentos antecessores que são as ocupações e acampamentos, sendo que o

“O acampamento é o primeiro momento da ocupação da terra. É uma estratégia dos movimentos organizados de criar o fato como forma de pressão para dar início ao processo formal de desapropriação. Quase todos os PAs foram antecidos de acampamentos, sendo, portanto, dois momentos distintos do mesmo processo [...]”

A efetivação do assentamento é a primeira vitória dessa luta de classes que se trava no campo brasileiro, pois o simples fato de assentar não é garantia de sucesso ou de melhoria e elevação da condição socioeconômica dos assentados, para que essa melhoria ocorra é necessário que o Estado preste os devidos apoios aos agricultores, principalmente por meio de políticas públicas agrícolas, tema que iremos abordar no próximo tópico.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA: PEQUENA DISCUSSÃO

Após séculos de exclusão da posse da terra, foi apenas com a implantação política da reforma agrária, mesmo que esta não tenha ocorrido na dimensão planejada, que alguns pequenos produtores rurais tiveram o sonho de ter seu próprio empreendimento finalmente realizado, o qual aconteceu por meio dos projetos de colonização e posteriormente com os projetos de assentamentos, entretanto a posse da terra é apenas o primeiro dos direitos que devem conquistados.

Como citado no decorrer do presente trabalho, foi no período do regime militar que o projeto de reforma agrária entrou em uma pauta política e social, havendo como reflexo disso uma tentativa, ainda que mal sucedida, da sua efetivação, mas que mesmo assim propiciou a aquisição de propriedades para alguns produtores, é neste período também que ocorre no País a modernização da agricultura que visava o aumento da produção e conseqüentemente a geração de divisas, devido à comercialização dos produtos exportados, sendo estes os que mais recebiam os incentivos do governo.

A modernização da agricultura foi seletiva, tanto no que diz respeito às regiões, contemplando principalmente as regiões Sudeste e Sul, quanto aos produtores, pois os créditos agrícolas privilegiavam quase que exclusivamente, os médios e grandes produtores, independente da sua localização geográfica, o que leva NEGRI (2005) *apud* FRANCES (2009) a argumentar que há no campo brasileiro uma espécie de “capitalismo selvagem”, existente principalmente no campo das políticas públicas, uma vez que esse, por meio dos créditos agrícolas voltados apenas para o grande produtor contribuiu para a diminuição das pequenas propriedades, devido à aquisição destas pelos grandes proprietários.

Se a pressão exercida pelos movimentos sociais foi importante para a melhoria da distribuição fundiária, o mesmo ocorreu para que houvesse a formulação de políticas públicas diferenciadas para os assentados de reforma agrária, segundo GUANZIROLI (2001) *apud* FRANCIS (2009), na fase inicial da reforma agrária, várias críticas foram feitas ao pouco apoio do Estado prestado aos assentados, apoio tanto relacionado aos recursos financeiros, quanto aos relacionados à assistência técnica, extensão rural e outros serviços públicos, mas essa realidade começa a mudar com a criação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), que foi formulado para atender as necessidades desses produtores.

Por um longo período o pequeno proprietário foi marginalizado das políticas de distribuição de créditos agrícolas, mas após movimentos reivindicatórios realizados por organizações sociais foi instituído no ano de 1986 o PROCERA, o qual segundo FRANCIS (2009) foi o primeiro programa direcionado a atender de forma prioritária os assentados da reforma agrária. Ainda segundo esta autora o PROCERA chega ao fim no ano 1999 durante o mandato de FHC, contribuindo para um embate entre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o governo.

O governo numa tentativa de atenuar os embates que foram causados antes mesmo do fim do PROCERA criou em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma política pública voltada exclusivamente para o agricultor familiar, visto que anteriormente este tinha que disputar os créditos com os médios a grandes produtores. Sendo este programa o responsável por levar ao fim a inexistência de uma política pública voltada para o pequeno agricultor JUNQUEIRA; LIMA (2008).

Desde a sua criação, em 1996, o Pronaf passou por algumas reformulações na tentativa de melhor se adaptar a heterogeneidade presente no campo brasileiro, segundo SILVA (2012) desde a sua formulação a principal alteração sofrida pelo Pronaf ocorre em 1999, quando há a segmentação dos agricultores em grupos distintos, levando em consideração principalmente a renda anual da propriedade.

Depois da criação do Pronaf outras políticas agrícolas voltadas para o pequeno agricultor ou para agricultura familiar foram criadas visando à melhoria socioeconômica dos produtores rurais. Segundo informações extraídas de BRASIL (2013) há 20 políticas públicas voltadas para a melhoria socioeconômica e para promover o direito à

cidadania dos agricultores rurais, mas dentre todas as políticas disponíveis apenas três serão selecionadas para a análise e viabilidade de sua efetivação no Assentamento Caiçara, sendo estas: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER).

POLÍTICAS PÚBLICAS VIÁVEIS AO ASSENTAMENTO

Além do Pronaf, e todas suas subdivisões que contemplam uma diversidade de perfis de produtores rurais, há outra política pública rural muito importante e viável para o pequeno produtor familiar, caso ocorra como foi planejada, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que destina ao menos 30% das compras das redes públicas de ensino para alimentos produzidos por agricultores familiares, para serem servidos nas escolas, essa medida também ajuda a dinamizar a economia local, pois há uma geração de renda para o município, além de propiciar uma renda fixa para o produtor.

As políticas públicas são muito importantes para a viabilidade e melhoria dos assentamentos e da vida social dos assentados, o fato de assentar não é garantia de sucesso, quando não bem sucedido, o assentamento pode tornar-se apenas uma transferência de pobreza de um local para outro.

POLÍTICAS DESENVOLVIDAS NO ASSENTAMENTO CAIÇARA:

A fase de campo, etapa de desenvolvimento da pesquisa empírica e momento que foi desenvolvida a entrevista, teve como intuito verificar e analisar quais as assistências prestadas no assentamento até o período de 2016, e quais as políticas públicas que os assentados em algum momento já havia desfrutado. Para responder o questionário foram escolhidas apenas cinco pessoas. A entrevista ocorreu de forma descontraída na frente da casa de um dos assentados. O questionário contou com nove questões, pois mais que isso poderia se tornar enfadonho para os entrevistados.

Após a efetivação do projeto de assentamento, segundo responderam os entrevistados, as assistências prestadas foram à construção de casas, sendo que os mesmos foram contemplados com a construção de cisternas, e também pelo programa Luz para Todos.

As políticas desenvolvidas no assentamento de um modo geral estão ligadas ao Pronaf, entre os entrevistados apenas uma assentada não havia sido contemplada com tal política, mas segundo a mesma, isso ocorreu por ter chegado recentemente, após a liberação dos créditos. Outra política que foi comentada pelos produtores diz respeito ao seguro safra.

De maneira geral os assentados veem com bons olhos as políticas das quais já foram contemplados, principalmente o Pronaf. Segundos eles, esse é um programa que ajuda o pequeno produtor, uma assentada declarou a seguinte frase sobre o Pronaf: *é um programa interessante, porque é um dinheiro para quem sabe trabalhar com ele, dá para comprar animais, faz o produtor crescer*. Ficou perceptível também nas falas de vários entrevistados que este programa só é benéfico para quem o sabe usar, pois do contrário não traz vantagem alguma, só inadimplência, como bem apontaram os assentados durante a entrevista.

Os assentados também recebem o apoio de uma técnica agrícola, a qual segundo eles é de suma importância, pois é indispensável ter alguém para fazer o acompanhamento, sendo a visita da técnica realizada mensalmente.

Aos serem questionados se houve alguma melhoria em sua vida, tanto social quanto economicamente após a efetivação do assentamento, todos foram unânimes em responder que sim e mostraram-se bastante felizes ao falar das conquistas que conseguiram.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

Apesar de todos os percalços e dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, é perceptível os avanços relacionados à formulação de projetos voltados para a realidade do meio rural e que buscam melhorar a vida no campo por meio de políticas públicas que abarquem uma imensa variedade de agricultores.

Nos projetos de assentamentos devem ser considerados o público alvo para a contemplação de políticas agrícolas, uma vez que os assentados são desprovidos de uma economia estável e essas políticas são meios que servem para contribuir com a estabilidade desse produtor. O Assentamento Caiçara, já foi contemplado com o Pronaf e este programa mostra-se bastante benéfico na fala dos entrevistados, uma vez que estes já estão tentando novamente realizar um novo empréstimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Algumas conquistas já foram alcançadas na batalha entre grande e pequeno proprietário, mas muitas batalhas ainda estão surgindo e devem ser travadas no campo.

A distribuição de fundiária equitativa é uma destas batalhas, entretanto apenas redistribuir a terra não é a solução, deve-se prestar um apoio ao recém assentado para que este possa se adequar, e com isso passar a produzir, tornando-se figura importante na produção de bens alimentícios, pois boa parte dos alimentos que são produzidos e colocados na mesa do brasileiro são oriundos de pequenas propriedades rurais.

O acesso a políticas de créditos devem ser descentralizadas e adequadas para cada perfil de produtor, levando em consideração a sua realidade, o que conseqüentemente irá refletir de maneira benéfica e produtiva, tornando-se rentável e dando o retorno para a sociedade.

Os assentados, do Assentamento Caiçara, vêem com bons olhos essas políticas públicas voltadas para o meio rural, principalmente o Pronaf, que já foram desenvolvidas, mas esta é apenas uma das políticas que pode ser desenvolvida no assentamento, outra que ainda está em fase de planejamento é o PNAE.

REFERÊNCIAS:

BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Botta; ALMEIDA, Luiz Manoel. Políticas públicas para os assentamentos rurais: recorrências e contrapontos a partir do estudo em duas regiões do estado de São Paulo. **48º CONGRESSO SOBER** Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010. *Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*.

F. J. B. ALBUQUERQUE et al.. As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia* 2004, 9(1), 81-88

FRANCIS, Paula Chagas. Os programas de créditos para os assentamentos rurais - o estudo de caso do dorcelina folador (arapongas – pr.). **Revista Geografar Curitiba**, v.4, n.1, p.78-97, jan./jun. 2009. ISSN: 1981-089X

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, 18(2): 95-103, 2004.

GERMANI, Guiomar I. ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: produção de novos espaços de vida. *Cultura vozes*. Nº 6. Novembro- dezembro 2001. Ano 95. Volume 95. ISSN 0104-222X.

Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). **História da Reforma Agrária**. Brasil. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>. Acessado em: 24/04/2017.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina**, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008

LIMA, waldir Coutinho. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REFORMA AGRÁRIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES: Estudo de caso do Assentamento Euclides Neto em Mata de São João Bahia**. 2014. Monografia (Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). MEDIANEIRA.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**. Brasil, 2013. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf

Acessado em: 20/04/2017

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. **Pesquisa Científica. In: Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo, RS: FEEVALE, 2013. p. 42 – 78

SILVESTRE, Diego de Oliveira. Ausência De Políticas Públicas E Degradação Ambiental: Um Estudo De Caso Do Assentamento Estrela Dalva-Pb. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Diego%20de%20Oliveira%20Silvestre.pdf>. Acessado em 20/04/2017

SOUSA, Maria Maglinalda Figueiredo de. As políticas sociais públicas no âmbito da reforma agrária e sua efetivação no projeto de assentamento Chico Mendes no município de Icó – Ceará. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 20 a 23 de agosto de 2013, Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão.